

SER OU ESTAR SOCIÓLOGO

Heleith Iara Bongiovani SAFFIOTI¹

Não alimento nenhuma ilusão de que, com a realização de um Curso de Graduação em Ciências Sociais ou que, mediante exortação de qualquer espécie, se consiga transformar todos os estudantes em antropólogos, cientistas políticos e sociólogos identificados com os interesses da maioria dos brasileiros, Gramsci (1967) formulou o conceito de intelectual orgânico, cuja função precípua consiste em dar "homogeneidade não só no campo econômico mas também no social e no político" (p. 21) a todo grupo social com função essencial no mundo da produção econômica. Cabe ressaltar que, segundo o autor em pauta, o vínculo que se estabelece entre o grupo social e seus intelectuais é orgânico. Gramsci também cunhou o conceito de intelectual tradicional, cabendo aqui apenas este registro. Não apenas os grupos poderosos têm seus intelectuais orgânicos. Como os partidos políticos são o *locus* específico e privilegiado de atuação destes intelectuais, diferentes partidos possuem intelectuais orgânicos diferenciados. Eis porque não se tem expectativa de que todos os egressos dos cursos de Ciências Sociais venham a defender os interesses da maioria, ou seja, dos trabalhadores. Muitos aderirão ao grupo hegemônico, mesmo quando, antes da ascensão deste grupo ao poder, pensavam o contrário, o que caracteriza o trânsfuga. Grosso modo, as distintas posições de classe, e mesmo as nuances de situações de classe, dispõem de intelectuais orgânicos, cuja práxis está organicamente enlaçada à inserção de cada grupo na estrutura social. Por conseguinte, esperar que todos os sociólogos do futuro advoguem a causa dos grupos socialmente mais frágeis significa a negação da coexistência de múltiplos interesses conflitantes e/ou

¹ Departamento de Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP - Brasil - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais - PUC-SP.

contraditórios; significa inclusive a negação de que a burguesia, os brancos e a categoria homens tenham seus projetos de dominação-exploração de trabalhadores, de negros, de mulheres. Como essas são as contradições sociais fundamentais, qualquer expectativa de que o sociólogo do futuro exercite práticas, visando à construção de uma sociedade justa ou menos injusta, constitui *wishful thinking*, projeção de desejo, e não uma análise objetiva da realidade brasileira e até mesmo da sociedade mundial. Entretanto, a projeção do desejo é, muitas vezes, incontrolável, permeando, certamente, este artigo.

A atual conjuntura brasileira ilustra sobejamente os vínculos entre muitos intelectuais com as diversas forças políticas partícipes da cena, cada uma em um diferente patamar de poder, embora estes patamares sofram pequenas mudanças em sua hierarquia, ensejando algumas vitórias de grupos politicamente menos poderosos e novas articulações entre os agentes coletivos em busca de hegemonia. Sabendo-se que uma sociedade com desigualdades de gênero, interétnicas e entre classes sociais não pode produzir apenas sociólogos identificados com os interesses da maioria, há que se deslocar o eixo da discussão para o terreno ético.

Isto posto, cabe um apelo para a adoção de um padrão ético que, pelo menos, não admita a corrupção nem na sociedade civil nem no Estado, para usar mais uma vez categorias gramscianas, ou seja, para que se respeite a *res publica*, sendo intransigente no impedimento da promiscuidade entre o público e o privado.

Mas, afinal, que trabalhos realizarão os sociólogos no futuro? Certamente, haverá quem responda a esta pergunta sugerindo a formação transdisciplinar ou, no mínimo, a multidisciplinar. Esta última qualidade já está, pelo menos parcialmente, presente nos cursos de Ciências Sociais e a primeira impõe-se crescentemente, nas mais diferentes situações de trabalho. Do ângulo teórico, justificam-se trabalhos multi ou transdisciplinares. Do ponto de vista do mercado de trabalho, há crescente demanda de profissionais polivalentes e de trabalhadores multitarefas. Portanto, insistir nessas características profissionais não é mais necessário, porquanto têm sido ditas e escritas com freqüência por numerosas autoridades.,

Mas o mundo não mudou? Não é, agora, globalizado? Com efeito, aumentou a velocidade nos meios de transporte e de comunicação graças aos avanços tecnológicos proporcionados pelas distintas ciências; processos de trabalho sofreram transformações importantes; a gestão da força de trabalho também passou por profundas mudanças, ainda que incorporando métodos do passado; houve a transnacionalização de um sem número de grandes empresas, mormente com sede em países mais ricos; as próprias cadeias produtivas se tornaram transnacionais etc. E necessário preparar-se para enfrentar essas novas realidades? Obviamente sim, porque a estrutura ocupacional se transformou, expulsando milhões de trabalhadores, boa parte dos quais encontrou abrigo em atividades informais, sem nenhuma proteção social. Durante o período 1995-1999, o desemprego aberto passou de 4,5 milhões para 7,7 milhões (PNAD, FIBGE). A proporção total de força de trabalho desempregada (desemprego aberto mais o oculto) era de 15%, em 1994, nas seis maiores regiões metropolitanas, tendo saltado para aproximadamente 20% em 2000 (DIEESE). Essa redução dramática de postos de trabalho foi uma das repercussões do ajuste estrutural. A taxa de desemprego no país foi, em junho de 2001, de apenas 6,1%, inferior, portanto, à menor que se havia tido desde 1997, ou seja, de 7,1%. Todavia, esse fenômeno, aparentemente positivo, esconde um outro mais grave, que é o desemprego de longa duração. Há um grande número de desempregados que se cansaram de procurar emprego, estando compreendidos no conceito de não-PEA, da FIBGE. Ou seja, esses desempregados situam-se não em um lugar, mas em um não-lugar. Obviamente, a não-PEA oculta uma parcela de desempregados, cuja magnitude tende a crescer. Em junho de 2001, os entrevistados pela FIBGE, que desistiram de procurar emprego, representavam uma taxa 6,1% maior do que no mesmo período de 2000. Em junho de 2001, uma parte deles voltou a buscar trabalho, elevando a taxa de desemprego no país como um todo para 6,3%. Em julho, porém, esse movimento não se repetiu, o que se explica por maior desalento e não por aumento de rendimento médio da PEA ocupada. Utilizando, mais uma vez.

dados da FIBGE, o rendimento médio do trabalhador decresceu 1,3% em maio de 2001, tomando-se como referência o mês de abril. A queda é ainda maior se o mês de referência for maio de 2000, isto é, 3,4%. A não-PEA inclui os que não procuraram trabalho no período de mais de uma semana anterior ao levantamento. Logo, não constitui uma medida exata, já que muitos aposentados estão neste caso, tendo suas necessidades minimamente cobertas pelo INSS ou por outro tipo de previdência social. Essa reestruturação do capitalismo exige uma análise clara por parte dos sociólogos, já que o regime de salariedade sofreu profundo abalo, para o qual contribuiu também a ideologia do Estado mínimo, propagada pelos países ricos e seus asseclas nos países pobres, a fim de ser implementada somente nestes últimos.

Efetivamente, nos países ricos, os gastos públicos têm sido crescentes, o que prova que a ideologia do Estado mínimo foi formulada para consumo exclusivo dos países pobres. Estados nacionais frágeis na periferia e na semi-periferia do capitalismo mundial facilitam, e muito, a realização do propósito dos países ricos: o aprofundamento da dominação-exploração. No Brasil, nem sequer havia sido inteiramente construído o Estado do bem-estar social. Desta sorte, foi fácil destruir o pouco que se havia construído, deixando milhões de trabalhadores sem nenhuma proteção social.

Com efeito, os trabalhadores do chamado setor informal do mercado de trabalho representavam 51 % da PEA ocupada em 1989, tendo atingido 59% em 1999 (FIBGE). Muitos desses trabalhadores julgam ter ganho liberdade ao passarem a desempenhar atividades informais, já que não mais têm patrão. Todavia, os tentáculos do capital alcançam a todos, mesmo que se trabalhe sem ter emprego. Dados revelam que os trabalhadores autônomos obedecem aos ditames do capital para sobreviver, com o agravante de terem jornadas muito mais longas de trabalho se comparados aos que desempenham atividades formais, tendo carteira assinada e, portanto, proteções trabalhistas na doença, na velhice, na invalidez temporária ou definitiva. Os trabalhadores do setor informal do mercado de trabalho constituíam 60% dos trabalhadores do setor

privado, o que significa que quase 40 milhões de cidadãos, em 2000, não contavam, como ainda não contam, com nenhuma proteção social. Embora no período 1995-2000 a produtividade do trabalho por hora paga tenha crescido 65%, o rendimento médio real dos trabalhadores da indústria de transformação decresceu 6% (IPEA). Segundo o DIEESE, a participação da renda do trabalho na renda total sofreu uma redução de quatro pontos percentuais, passando de 40%, em 1994, para 36% em 1999. Cabe ressaltar que mulheres sem carteira assinada não têm sequer direito à licença maternidade, ou seja, o ônus deste fenômeno recai sobre as famílias e não sobre o Estado, sendo importante ressaltar que toda a sociedade tem interesse na reprodução humana, já que dela depende sua sobrevivência.

Fugindo do uso exclusivo de indicadores econômicos, a ONU constrói o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), retrato muito mais próximo do efetivo bem-estar das populações. Não obstante o fato de o Brasil integrar o grupo das dez maiores economias do mundo, ocupa a 69^a posição no IDH referente a 162 países. Isto equivale a dizer que, embora o índice de Gini, que mede a concentração da renda nacional, tenha permanecido praticamente o mesmo (cerca de 0,57, havendo insignificante variação na terceira casa decimal), houve uma degradação social muito acentuada no nível de vida dos brasileiros. Efetivamente, a pobreza atingia 52,2 milhões de brasileiros, em 1995, enquanto, em 1999, o número de pobres havia subido para 53,1 milhões.

Costuma-se argumentar que os países pobres devem aceitar a globalização como inevitável. De fato, ela é inevitável. O que se questiona é a forma subordinada que o Brasil e também outros países da América Latina, da África e da Ásia adotaram para definir sua participação neste processo. Dirão alguns que não há alternativa a esse padrão de inserção do Brasil na economia-mundo. Isto não é verdade, porquanto a China condiciona os investimentos externos àquilo que ela definiu como aceitável para si. Cite-se, por exemplo, o contrato por ela firmado com a General Motors: a cada ano, essa empresa deve absorver 10% de força de trabalho chinesa e a esse

país repassar tecnologia, de modo a deixar a empresa sob o controle da China dentro de uma década. Os adeptos do neoliberalismo podem argumentar que os Estados Unidos têm interesse no mercado chinês e, por esta razão, fazem concessões. A população chinesa representa quase 1,300 bilhão de pessoas. No entanto, seu mercado não é superior aos 170 milhões de brasileiros. Basta integrar toda a população brasileira no mercado para se ter, aqui, um mercado da magnitude do chinês. É evidente que o mercado chinês poderá crescer, mas o mercado brasileiro é suficientemente grande para permitir ao país a exigência de contrapartidas aos investidores externos e aos governos das nações ricas. Agregue-se a este argumento a posição que o Brasil ocupa na América Latina. Até mesmo um presidente dos Estados Unidos, Nixon, afirmou, em visita ao Brasil, que a América Latina penderia para o lado escolhido pelo governo brasileiro. Já se têm algumas pequenas vitórias na área da saúde, ou seja, a ameaça de quebra de patentes da indústria farmacêutica têm levado os laboratórios estrangeiros a reduzir os preços de medicamentos que integram o coquetel utilizado pelos portadores de HIV. A análise da sociedade brasileira, assim como a do contexto mundial em que se insere e suas relações, constitui tarefa do sociólogo. Para o desempenho desta função muita competência *stricto sensu* é exigida. Ou seja, o sociólogo deve dispor de um conjunto de instrumentos que lhe permitam penetrar nos meandros das relações internas a seu país, como também entre ele e as demais nações. A capacitação técnica deve ser aprimorada na pós-graduação, a fim de tornar o sociólogo um profissional eficiente e também um competidor por postos de trabalho de boa qualidade.

Cabe, agora, a pergunta: a capacitação técnica é suficiente? Pode-se responder que não, exatamente porque a competência técnica não é neutra. Pelo contrário, está sempre vinculada a uma postura político-ideológica. Exemplificando, há sociólogos brasileiros afirmando que o FMI dá ordens aos Estados Unidos. Evidentemente, há um sem-número de norte-americanos reiterando o mesmo pensamento. E preciso que se ouçam as vozes dissonantes

que emergem no seio da própria sociedade norte-americana. A título de ilustração, apresenta-se a afirmação de Dani Rodrik, turco de nascimento, mas naturalizado cidadão norte-americano, professor em Harvard: "O Consenso de Washington (...) vai entrar em colapso e espero que alguma coisa sensata seja colocada no lugar"(2001, p.5). Há, todavia, na própria postura não-crítica de norte-americanos, uma espontaneidade ou um grau de acinte espantosos. Com efeito, pode-se tomar a declaração feita em 1998 por C. Fred Bergsten, ex-funcionário do Tesouro e do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos e atualmente diretor do Institute for International Economics:

Os interesses nacionais dos Estados Unidos são fortemente sustentados pelo FMI, como vimos na crise mexicana de 1995 e estamos vendo outra vez na atual crise asiática. O FMI é, de fato, uma das melhores coisas possíveis que nós poderíamos imaginar: seus programas não nos custam nada, mas geram enormes benefícios para nossa economia e para nossa política externa. (MERCADANTE, 2001, p.2)

Atente-se para a força de um Estado-nação. Isso mostra que os Estados nacionais dos países ricos e/ou militarmente poderosos estão muitíssimo vivos e fortes. É tão-somente nas nações pobres que o Estado vem enfraquecendo acentuadamente nesta era de recolonização. Há que se atentar para as políticas protecionistas que os países do G7 adotam há muito tempo. Embora a Rússia tenha sofrido golpes muito sérios em sua economia (nos últimos três anos vem apresentando bom nível de crescimento), já integra o G8, ou seja, o G7 + Rússia, em virtude de seu arsenal nuclear.

As barreiras às exportações brasileiras estão agora reforçadas pela desaceleração do crescimento econômico norte-americano, pela profunda crise argentina e pela própria recessão brasileira. Não obstante a gigantesca desvalorização do real no corrente ano, o

Brasil apresentou "crescimento pífio das exportações em 2001", segundo o diretor da Camex, Giannetti da Fonseca (2001, p.4). Na mesma fonte, lê-se declaração de Rubens Ricupero a propósito do Brasil: "não tem quantidade nem qualidade para exportar". De que forma, então, senão com a fome de milhões de miseráveis, pode o Brasil pagar os serviços das dívidas externa, multiplicada por cinco no período 1995-1999, e interna, que, em agosto do presente ano, alcançou R\$640 bilhões, ou seja, o correspondente a 52% do PIB da nação?

Uma das novidades da globalização consiste na geração de pobres e miseráveis não apenas na periferia e na semiperiferia, mas também no seio dos países ricos. No âmbito internacional, o quadro é trágico.

...a miséria e a pobreza atingem dois terços da humanidade e cresce incessantemente a desigualdade social no mundo. A relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 11 para 1 em 1913; de 30 para 1 em 1960; e passou a 90 para 1 em 2000. O patrimônio líquido dos 500 bilionários deste mundo é igual ao patrimônio líquido conjunto de metade da população mundial. (...) Os governantes são eleitos graças aos vultosos recursos de suas campanhas eleitorais. Devem atender aos interesses de seus financiadores. (...) Não é por outro motivo que o presidente Bush se recusa a apoiar o Protocolo de Kyoto, destinando US\$300 bilhões ao projeto armamentista de defesa espacial, enquanto o G8 destina apenas US\$1 bilhão para combater as doenças na África. As instituições internacionais são dominadas por esses países e, logo, pelos mesmos interesses (grifos meus). (GRAJEW, 2001, p.3)

A esperança que Grajew alimenta reside no Fórum Social Mundial, a reunir-se entre 31/01 e 05/02/02, para debater uma globalização diferente da presente, isto é, baseada em valores humanos, respeito ao meio-ambiente e justiça social. Para que tal

que emergem no seio da própria sociedade norte-americana. A título de ilustração, apresenta-se a afirmação de Dani Rodrik, turco de nascimento, mas naturalizado cidadão norte-americano, professor em Harvard: "O Consenso de Washington (...) vai entrar em colapso e espero que alguma coisa sensata seja colocada no lugar"(2001, p.5). Há, todavia, na própria postura não-crítica de norte-americanos, uma espontaneidade ou um grau de acinte espantosos. Com efeito, pode-se tomar a declaração feita em 1998 por C. Fred Bergsten, ex-funcionário do Tesouro e do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos e atualmente diretor do Institute for International Economics:

Os interesses nacionais dos Estados Unidos são fortemente sustentados pelo FMI, como vimos na crise mexicana de 1995 e estamos vendo outra vez na atual crise asiática. O FMI é, de fato, uma das melhores coisas possíveis que nós poderíamos imaginar: seus programas não nos custam nada, mas geram enormes benefícios para nossa economia e para nossa política externa. (MERCADANTE, 2001, p.2)

Atente-se para a força de um Estado-nação. Isso mostra que os Estados nacionais dos países ricos e/ou militarmente poderosos estão muitíssimo vivos e fortes. É tão-somente nas nações pobres que o Estado vem enfraquecendo acentuadamente nesta era de recolonização. Há que se atentar para as políticas protecionistas que os países do G7 adotam há muito tempo. Embora a Rússia tenha sofrido golpes muito sérios em sua economia (nos últimos três anos vem apresentando bom nível de crescimento), já integra o G8, ou seja, o G7 + Rússia, em virtude de seu arsenal nuclear.

As barreiras às exportações brasileiras estão agora reforçadas pela desaceleração do crescimento econômico norte-americano, pela profunda crise argentina e pela própria recessão brasileira. Não obstante a gigantesca desvalorização do real no corrente ano, o

Brasil apresentou "crescimento pífio das exportações em 2001", segundo o diretor da Camex, Giannetti da Fonseca (2001, p.4). Na mesma fonte, lê-se declaração de Rubens Ricupero a propósito do Brasil: "não tem quantidade nem qualidade para exportar". De que forma, então, senão com a fome de milhões de miseráveis, pode o Brasil pagar os serviços das dívidas externa, multiplicada por cinco no período 1995-1999, e interna, que, em agosto do presente ano, alcançou R\$640 bilhões, ou seja, o correspondente a 52% do PIB da nação?

Uma das novidades da globalização consiste na geração de pobres e miseráveis não apenas na periferia e na semiperiferia, mas também no seio dos países ricos. No âmbito internacional, o quadro é trágico.

...a miséria e a pobreza atingem dois terços da humanidade e cresce incessantemente a desigualdade social no mundo. A relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 11 para 1 em 1913; de 30 para 1 em 1960; e passou a 90 para 1 em 2000. O patrimônio líquido dos 500 bilionários deste mundo é igual ao patrimônio líquido conjunto de metade da população mundial. (...) Os governantes são eleitos graças aos vultosos recursos de suas campanhas eleitorais. Devem atender aos interesses de seus financiadores. (...) Não é por outro motivo que o presidente Bush se recusa a apoiar o Protocolo de Kyoto, destinando US\$300 bilhões ao projeto armamentista de defesa espacial, enquanto o G8 destina apenas US\$1 bilhão para combater as doenças na África. As instituições internacionais são dominadas por esses países e, logo, pelos mesmos interesses (grifos meus). (GRAJEW, 2001, p.3)

A esperança que Grajew alimenta reside no Fórum Social Mundial, a reunir-se entre 31/01 e 05/02/02, para debater uma globalização diferente da presente, isto é, baseada em valores humanos, respeito ao meio-ambiente e justiça social. Para que tal

evento tenha lugar, porém, será necessário romper com a lógica do imperialismo, que preside a globalização atual.

Neste quadro, a função do sociólogo consiste muito mais em apreender a diferenciação social, e sobretudo as desigualdades agudizadas pela reestruturação do capitalismo, do que, partindo da presunção da existência de maior igualdade supostamente assegurada por um Estado supostamente democrático, homogeneizar uma realidade com profundas disparidades. Obviamente, esta última conduta nada tem de científica. Os instrumentos metodológicos geralmente utilizados por sociólogos permitem maior ou menor apreensão das diferenciações internas a uma sociedade, no caso em pauta, desigualdades gritantes. É preciso realçar o fenômeno de que os mecanismos básicos de dominação-exploração do capitalismo continuam os mesmos, só que, atualmente, aprimorados. O fato de mais de metade da PEA ocupada localizar-se no chamado mercado informal de trabalho constitui uma nova estratégia do capital, formulada a partir da constatação de que não reunir, no espaço das empresas, todos aqueles que produzem mercadorias ou realizam serviços reduz drasticamente seus custos, além, é óbvio, de dificultar enormemente a organização política dos vários segmentos dos que vendem sua força de trabalho, ou, para usar a linguagem de Ricardo Antunes (1995), daqueles que se enquadram na categoria constituída por este tipo específico de cidadão, ou seja, o ser-que-vive-do-trabalho.

Ouve-se, com freqüência, a pergunta: a globalização é positiva ou negativa? Muitos respondem a esta questão arrolando, de um lado, dimensões extremamente satisfatórias deste processo de mundialização do capital, e, de outro, aspectos negativos. Não sendo errônea, esta resposta se atém à superfície do fenômeno. Mais do que isto, presume a existência de uma uniformidade dos cidadãos, ou seja, envolve um mecanismo ideológico que, por conveniência de classes/grupos mais poderosos, se afasta da análise mais profunda, esta sim capaz de apreender as diferenciações presentes na sociedade. Tais diferenciações não são inocentes. Ao contrário, na maioria das vezes, são desigualdades abissais.

No que tange ao cenário internacional, o velho imperialismo continua presente, ainda que sob outra roupagem. Muitos países da periferia e da semiperiferia do capitalismo mundial alcançaram apreciáveis taxas de crescimento econômico e alguns atingiram grau significativo de industrialização. O Brasil chegou a possuir o maior parque industrial da América Latina. Porém, a distribuição interna de renda, quer no Brasil quer nos demais países da zona periférica/semiperiférica, via de regra, permaneceu muito concentrada. Tais nações foram, ao longo da história, recebendo nomes distintos: de atrasadas passaram a subdesenvolvidas, posteriormente a países em vias de desenvolvimento e, finalmente, agora, a emergentes. De outra parte, o ritmo de crescimento da economia dos países que formam o núcleo orgânico do capitalismo internacional foi muito mais acelerado, o que provocou seja a preservação da posição relativa dos diferentes países das mencionadas zonas, seja a ampliação de suas desigualdades (ARRIGHI, 1997). Também as relações dos países ricos com os demais, à medida que a história decorria, foi mudando de nome: colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, globalização (entendida por alguns como recolonização). Assim, não apenas no interior de cada nação, geralmente os ricos continuaram enriquecendo e os pobres, empobrecendo, como também se agravou o fosso existente entre o núcleo orgânico, de um lado, e a semiperiferia e a periferia, de outro. Com a *débâcle* do mundo socialista, a hegemonia norteamericana vem se aproximando crescentemente da posição absoluta. Não passa, pois, de quimera, no momento atual, o desejável mundo multipolar (CERVETTO, 1998). Desta sorte, não houve, de fato, ruptura com o modelo imperialista de desenvolvimento. As relações internacionais continuam extremamente difíceis em virtude do processo de exploração-dominação de que são alvo os países pobres.

Ora, a meu ver, a pergunta acima mencionada está mal formulada e deveria sê-lo, para adequar-se a uma ética de padrão aceitável, da seguinte forma: a quem serve ou a quem beneficia a globalização? No plano da chamada economia-mundo, o enriquecimento dos países do núcleo orgânico e o empobrecimento

dos da semiperiferia e da periferia é evidente. Os primeiros programaram o endividamento dos demais, tornando-os cada vez mais dependentes de novos empréstimos e do investimento estrangeiro.

Tomando-se o país, alguns dados já foram oferecidos para ilustrar o agravamento de desigualdades de toda sorte. Não se mencionou um segmento de trabalhadores do setor público, cuja degradação sócio-econômica representa verdadeira aberração. Trata-se dos funcionários públicos federais, cujos salários não sofreram nenhum reajuste desde 1995. Este fato desvela uma parcela das camadas médias que, como muitas outras, vêm sendo submetidas a acelerado processo de proletarização. Esta estratégia do governo federal representa uma força centrífuga e tem por objetivo reduzir o quadro de profissionais trabalhando para o Estado por meio da pauperização cientificamente programada. Todavia, esta política preserva profissionais, sobretudo de primeiro e segundo escalões, que comungam com as ideologias dominantes no poder central, tendo eles sido contemplados com significativos aumentos salariais. Quer se tomem os privilegiados, quer se escolham para análise os que vêm sendo pressionados a abandonar o serviço público, encontram-se entre eles numerosos sociólogos, uma vez que a presença desses profissionais é significativa no magistério não apenas de terceiro grau, e na pesquisa. Muitos sociólogos também comparecem nas categorias de pesquisadores, planejadores e executores de projetos, assim como em assessorias na administração pública da União, dos Estados e dos Municípios, o mesmo ocorrendo nos poderes legislativo e judiciário.

Cabe ressaltar que um grande número desses profissionais continua desempenhando suas funções, ainda que elas contrariem suas convicções, por questão de sobrevivência. Nem todos, entretanto, são obrigados a obedecer aos mandamentos da bíblia da promiscuidade entre o público e o privado. Nesse sentido, o Ministério Público, especialmente o federal, vem denunciando grande número de políticos e altos funcionários do Estado, cuja prática freqüente é a da apropriação da coisa pública, ou seja, da

privatização do Estado. Embora se trate de um poder independente, seus integrantes podem sofrer atraso na carreira e outras reações a eles deletérias, uma vez que existem muitos mecanismos não ilegais, mas imorais, de puni-los por sua rebeldia. Assim, no setor público, os sociólogos ocupam cargos que lhes proporcionam maior ou menor liberdade para definir sua conduta quanto à defesa da coisa pública. Se um médico incompetente e descompromissado com a saúde de seus pacientes pode provocar a morte de, talvez, uma centena de pessoas ao longo de sua carreira profissional, um sociólogo incompetente e sem compromisso com a maioria da população, dependendo do poder que lhe confere o cargo, pode perpetrar um verdadeiro genocídio.

Sociólogos trabalham, também, nos setores público e privado, realizando pesquisas e vários tipos de sondagens de interesse seja do governo, seja dos meios de comunicação de massa. Ainda na condição de sociólogos, muitos trabalham em empresas industriais ou prestadoras de serviço, especialmente na seleção de recursos humanos. Também nesta condição, trabalham em ONGs, sindicatos, federações e confederações, e outras formas de associações civis. Existem, ainda, muitos sociólogos desempenhando funções não consentâneas com sua formação, segmento não-passível, integralmente, de detecção. Estão em bancos ou comércio, e dando consultorias para as mais variadas empresas ou associações sem fins lucrativos. Como em toda categoria ocupacional, há sociólogos subempregados e desempregados. Essa multiplicidade de funções exercidas por sociólogos revela que o curso de Ciências Sociais abre numerosas portas para a incorporação de seus egressos no mercado de trabalho.

Compulsando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de 1997, Dal Rosso (2000), auxiliado por uma equipe, construiu um quadro aproximado do movimento existente no mercado de trabalho para sociólogos. Naquele ano, foram admitidos 3.615 professores de Ciências Humanas, tendo sido demitidos 2.462, o que deixou um saldo positivo de 1.153 novos empregados. Obviamente, há outros profissionais, além de

sociólogos, lecionando Ciências Humanas. O Serviço Social constitui um campo contíguo do conhecimento e fornece quadros para o exercício do magistério em Ciências Humanas. O magistério poderá incorporar grande número de sociólogos, uma vez que o projeto de lei (PL 03178/1997) do Deputado Federal Padre Roque Zimmermann, introduzindo Filosofia e Sociologia, como disciplinas obrigatórias, no Ensino Médio, está agora no Senado (PL 009/2000), já havendo obtido aprovação por parte das Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Redação, devendo ser votado pelos senadores em 18/09/01. Embora a rede pública de escolas de Ensino Médio do Espírito Santo, Paraná e São Paulo já tenham incorporado, em caráter obrigatório, em seus currículos as mencionadas disciplinas para início em 2002, há necessidade de adequação da legislação federal à lei estadual e, desta forma, de ampliação desta obrigatoriedade para todo o país. A rigor, trata-se de regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n° 9394/96) que, em seu artigo 36, parágrafo I°, item III, reza que, ao concluir o Ensino Médio, o educando deverá demonstrar "domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários para o exercício da cidadania". Existe, por conseguinte, a perspectiva de se implementar, já em 2002, a introdução daquelas disciplinas em todas as escolas de Ensino Médio. Desta sorte, não apenas será ampliado o mercado de trabalho para os sociólogos, como também estes profissionais terão a oportunidade de contribuir para que novos sociólogos sejam agentes da formulação e consolidação de uma ética da capacidade (NUSSBAUM & SEN, 1998) ou, como prefiro chamar, ética da liberdade.

Fora do magistério, Dal Rosso encontrou sociólogos e antropólogos realizando atividades específicas de sua ocupação em curva descensional. Com efeito, foram admitidos 285 e demitidos 381, do que resultou um saldo negativo de 96 profissionais. Ainda que a reestruturação do capitalismo expulse relativamente mais trabalhadores manuais que intelectuais, o quadro atual não é animador nem para estes últimos. Há de se convir, porém, que os dados se referem a trabalhadores formais, não contabilizando,

portanto, os sociólogos trabalhando por conta própria e os que servem a empresas, mas não têm carteira de trabalho assinada.

No caso específico das mulheres, o desemprego de sociólogas obedece à lógica vigente das relações de gênero na qual está embutida a tradicional divisão sexual do trabalho, ocultando-se sob atividades domésticas ou atividades econômicas desenvolvidas no próprio domicílio. De outra parte, continua presente a formação multifacética dos sociólogos, permitindo-lhes atuar nas interfaces de vários fenômenos, ou seja, em numerosos campos (Bourdieu, 1989). A demanda por profissionais polivalentes constitui um alento para os egressos de cursos de Ciências Sociais.

Todavia, sua absorção dependerá dos rumos que tomar o processo de participação do Brasil na economia-mundo. Passada uma década do processo, pode-se afirmar que o país não exigiu nenhuma contrapartida de empresas estrangeiras a quem vendeu o patrimônio público nacional, permitindo, por via de consequência, que milhares de trabalhadores dos escalões inferiores fossem despedidos e que profissionais destinados a ocupar altos postos de trabalho dos países de origem das empresas partícipes do processo de privatização fossem trazidos para o Brasil, desalojando, assim, os nacionais. Muitas empresas estrangeiras que adquiriram as já existentes no Brasil - nunca é demais lembrar que os investimentos estrangeiros não vieram para criar novas empresas, mas para se apropriar das brasileiras, nas quais, muitas vezes, o governo havia injetado altas somas de dinheiro, fosse para saneá-las ou para torná-las ainda mais rentáveis após sua privatização - exportaram, portanto, uma parcela do desemprego de seus países de origem para cá. Cabe lembrar que o Banco Santander adquiriu o Banespa com 22 mil empregados, já se havendo livrado de alguns milhares por meio de Plano de Demissão Voluntária (PDV) e pretendendo conservar somente 4 mil. No final desse processo, o banco terá demitido 91,8% de seus trabalhadores. Desta sorte, não é somente a partir da identificação com os interesses da maioria da população brasileira que se pode criticar a maneira pela qual está se dando a crescente participação do Brasil neste mundo global. Até mesmo a

partir de interesses individuais, pode-se realizar esta crítica, a fim de defender empregos para os profissionais em pauta. As repercussões da crise argentina no Brasil - para a qual não se vislumbra nenhuma solução satisfatória - contribuem para estreitar os horizontes profissionais dos sociólogos fora do magistério. As possibilidades de ampliação do mercado de trabalho para sociólogos, a julgar pela conduta reiterada do atual governo, permanecem restritas ao magistério, lembrando-se que este sofrerá enorme expansão. O modelo escolhido pelo governo brasileiro - pagando religiosamente bilhões de dólares anuais para saldar serviços da dívida externa e amortizar o principal - deixou o país à mercê dos investidores estrangeiros e extremamente dependente desse tipo de entrada de capitais. Isto já está criando muitos obstáculos ao crescimento da economia brasileira. Não só porque já se privatizaram as empresas estatais mais rentáveis e, por conseguinte, pelo fato de que resta pouco do patrimônio público nacional para vender, mas também pela grande instabilidade política e financeira do Brasil, os investimentos estrangeiros caíram drasticamente. Efetivamente, foram de US\$13,406 bilhões no primeiro semestre de 2000 para apenas US\$9,898 bilhões no primeiro semestre do corrente ano (2001). Houve, portanto, uma queda de 26,3% no período referido. Obviamente, a crise energética está desempenhando um importante papel no sentido de arrefecer o ânimo dos investidores estrangeiros que, no último mês de julho, só investiram aqui US\$1,8 bilhão, do qual US\$457 milhões representam pagamento pela venda da SASSE, seguradora da Caixa Econômica Federal. Como o déficit em transações correntes é muito alto, o país precisa de recursos de longo prazo, menos sensíveis às oscilações do mercado financeiro internacional. A face negativa da entrada desse tipo de recurso consiste nas remessas de lucro para o exterior. Entre janeiro e junho de 2001, US\$ 2,8 bilhões foram remetidos, sob a forma de lucros e dividendos, pelas empresas estrangeiras aqui instaladas para seus países de origem. Este dado, comparado ao referente ao mesmo período do ano 2000, é 38,8% maior. Evidentemente, o volume das remessas cairá, na medida em que a crise de energia já

está desacelerando o crescimento da economia. Se lucros e dividendos tendem a ser carreados para os países-sede das empresas estrangeiras no Brasil, ainda que seu volume decresça, a espoliação persistirá, podendo crescer, já que a escassez de energia afugenta este tipo de recurso. Dada a conjuntura mundial adversa, corporações com sede em várias nações anunciaram a demissão de 120,8 mil trabalhadores nos primeiros 26 dias de julho de 2001. Em 26/07, cinco empresas e um banco anunciaram, na Europa e nos Estados Unidos, mais 40 mil demissões. Números menores de demissões foram também anunciados, nas mesmas áreas. Com excessiva freqüência, o Brasil vende papéis no mercado interno e externo, todos, é evidente, indexados ao dólar. A par disso, solicita empréstimos ao FMI, como o que foi negociado recentemente, de US\$18 bilhões, para fazer face ao déficit em conta corrente, assim como para atender minimamente às necessidades internas do país. Esse fenômeno vem colocando o Brasil na situação de servo do FMI, o que significa reiteração das políticas de ajuste estrutural, restringindo o mercado de trabalho e, portanto, promovendo o processo de desfiliação, tão bem caracterizado por Castel (1995) como a progressiva perda de laços sociais, ou seja, um empobrecimento profundo da sociabilidade dos cidadãos. A tendência inscrita no presente consiste na piora dessa situação, na medida em que o crescimento do PIB norte-americano vem decrescendo. Em 2001, 101,7% das exportações são comprometidos com despesas da dívida externa; esses mesmos gastos representam 9,4% do PIB; 31,8% das exportações são gastos com juros; a dívida externa bruta representa 39,6% do PIB; 44,6% da dívida externa são do governo; a dívida líquida representa 31,9% do PIB; apenas 14,0% da dívida externa bruta poderiam ser pagos com as reservas internacionais; 5,0 anos de exportação são necessários para saldar a dívida externa bruta; 3,5 anos para saldar a dívida externa líquida; a razão entre reservas internacionais e gastos com pagamento de dívida externa é de 0,6; e a razão entre reservas internacionais e gastos com pagamento de juros da dívida

externa é de 1,9 (CRUZ, 2001, p. 11). Esses dados revelam um Brasil crescentemente vulnerável.

Antes de examinar que tipo de inserção poderão vir a ter os sociólogos no Brasil, tentam-se localizar esses profissionais no presente e verificar de que modo sua presença no mercado de trabalho vem evoluindo. Partindo de censos demográficos, Dal Rosso aponta a seguinte evolução do número de cientistas sociais no Brasil: 1970: 416; 1980: 2.225 (multiplicação por seis no intervalo); 1991: 2.517 (crescimento de apenas 13,1%). Trata-se de profissão bastante feminina, pois a presença das mulheres, em 1991, era de 74%. E no campo das atividades sociais, desde o início, que se localizam os cientistas sociais. Em 1970, as maiores concentrações deles estavam: 38% em atividades sociais, e 35%, na administração pública. Essa distribuição praticamente não variou em 1980, o mesmo ocorrendo quando se tomam os dados de 1991, ano em que a proporção de cientistas sociais alocados em atividades sociais havia crescido para 38,7%. No período 1995-1999, formaram-se 63 bacharéis em Sociologia e 36 em licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. A partir desses dados, Dal Rosso estima que se formem 1.070 bacharéis e licenciados em Ciências Sociais por ano, no país. Para evitar desemprego dessa categoria, seria necessário criar cerca de mil empregos específicos ao ano. De acordo com o CAGED, em 1997 foram criados 285 postos de trabalho para sociólogos e antropólogos e 3.615 para professores de Ciências Humanas. O total de 3.900 empregos foram partilhados por antropólogos, sociólogos e várias outras categorias profissionais no campo das Ciências Humanas. A lei de regulamentação da profissão de sociólogo reconhece nesse profissional um amplo espectro de competências, o que, simultaneamente, lhe abre muitas oportunidades de trabalho e dificulta sua localização por parte do pesquisador (competências mencionadas no Art. 2º da Lei Nº 6.888, de 10/12/1980 e reiteradas no Art. 2º do Decreto Nº 89.531, de 05/04/1984).

Se a política de contratações de professores universitários sofrer alteração no sentido de que novos quadros possam assumir os cargos liberados por grande número de docentes aposentados, sem dúvida novas oportunidades surgirão, como também se poderá melhorar a qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação. No momento atual, o número de orientandos para cada professor formalmente qualificado para tal é muito alto, contribuindo, certamente, para uma perda de qualidade dessa função. A CAPES avaliou e classificou 26 cursos de pós-graduação no país. A região Sudeste concentra 46% destes cursos (12 de 26), enquanto a região Norte conta com apenas um programa - Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, UFPA. Embora só haja um programa com área de concentração em Sociologia com nota máxima (7), esse domínio está consolidado, havendo vários programas qualificados como de excelência, alguns em reestruturação ou em fase de consolidação, não aparecendo no relatório CAPES nenhum programa reprovado. Nem tudo, entretanto, apresenta nível de excelência. Há programas que não conseguiram avançar para o doutorado, permanecendo no nível de mestrado. Outros instalaram o doutorado, mas enfrentam a escassez de docentes titulados na área, que possam suceder os aposentados. Entre 1971 e 1980 foram criados mais 12 cursos de mestrado; de 1981 a 1990 abriram-se mais 6 cursos e, no período 1991-2000, mais 5. Atualmente, existem 25 cursos de mestrado com área de concentração em Sociologia. A USP inaugurou o sistema de pós-graduação no Brasil, instalando, no campo da Sociologia, mestrado e doutorado em 1971. No final de 1990, havia apenas 4 programas de doutorado nesta área no país, tendo surgido mais 9 neste último decênio, o que contribuiu para consolidar a pós-graduação em Sociologia. Entre 1996 e 2000, defenderam-se 45 dissertações de mestrado e 40 teses de doutorado nesta área. Os currículos são bastante variados no terreno das disciplinas optativas, observando-se o mínimo estabelecido para a licenciatura (o bacharelado não conta com currículo mínimo) no que tange às disciplinas obrigatórias.

Os momentos mais difíceis para os sociólogos no mercado de trabalho são os de retração econômica, uma vez que o maior número de oportunidades reside no setor público em suas distintas esferas, nos sindicatos, nas organizações religiosas, em associações partidárias, populares e de outros tipos. Quando a arrecadação de tributos se reduz, o Estado não conta com recursos para novas contratações, situação em que sociólogos mais jovens, egressos da graduação ou da pós-graduação, enfrentam desemprego. A demanda de sociólogos, por parte da sociedade civil, contudo, não é função direta da recessão ou do crescimento econômico. Como há também determinantes sócio-políticas, organizações da sociedade civil podem apresentar demanda por este tipo de profissional, ainda que os poucos dados existentes não permitam afirmar que essas oportunidades abertas compensem a não-expansão ou mesmo retração das atividades estatais. Postos de trabalhos para sociólogos em empresas capitalistas, por outro lado, variam de acordo com as coordenadas econômicas. Quando as atividades econômicas perdem ímpeto, não apenas não se criam novos empregos como também se despedem profissionais já empregados.

Os sociólogos localizam-se no mercado de trabalho primário independente - professores universitários, políticos, coordenadores de projetos, consultores - e no mercado de trabalho primário subordinado - trabalhadores que obedecem a ordens de seus superiores. É raro encontrarem-se sociólogos no mercado de trabalho secundário, no qual a remuneração, assim como o prestígio, são muito baixos. Alegando ser o conceito de mercado de trabalho, primário e secundário, insuficiente para abranger todas as atividades desempenhadas por sociólogos, com o que se concorda, Dal Rosso parte para o exame das probabilidades de trabalho para o sociólogo, utilizando o conceito de empregabilidade. Pessoalmente, rejeito, com muita ênfase, esta noção, na medida em que se vincula de modo direto à pedra angular do liberalismo e suas versões pioradas, como o neoliberalismo. Efetivamente, a idéia de empregabilidade coloca sobre os ombros de cada indivíduo a responsabilidade de se tornar empregável. Ora, não é difícil perceber, diante dos dados

Estudos de Sociologia

acima oferecidos, como cada trabalhador depende da oferta de oportunidades existentes no contexto em que vive. Enquanto o conceito de empregabilidade remete o pensamento à capacidade de cada indivíduo, minha opção caminha em direção à análise das conjunturas local, nacional e mundial. Nesse sentido, os indivíduos não são culpados por seu desemprego, como está implícito na noção de empregabilidade, mas agentes sociais e políticos na construção do futuro ao mesmo tempo em que são frutos da sociedade. É fácil admitir que o grau de empregabilidade de cada indivíduo depende de seu nível de educação, aí compreendida a capacidade criativa. O mais importante, porém, consiste em descobrir, na práxis cotidiana, formas de oferecer as mesmas oportunidades a todos, assim como proporcionar-lhes educação de boa qualidade. A expansão desmesurada dos estabelecimentos privados de ensino superior e a transformação em universidades de uma parte considerável deles, aí embutida a prerrogativa de criarem cursos sem autorização prévia do órgão competente e de montarem seus cursos de pós-graduação, está colocando em risco a qualidade da educação de terceiro grau e a pós-graduação. A intervenção da ética comprometida com um sistema educacional melhor gerido pelo poder público já levou dois membros do Conselho Nacional de Educação a solicitar demissão, embora sejam amigos pessoais do Presidente da República: José Arthur Giannotti e Eunice Ribeiro Durhan.

Entendendo a empregabilidade como "a relação entre o que o profissional tem a oferecer e o que o mercado de trabalho exige" (p. 25), Dal Rosso aponta três modalidades de educação necessárias à formação dos sociólogos: a educação continuada, a educação aberta e a educação à distância. Reconhece que "educação pressupõe gasto e tempo. Aquele que não puder dispor de tempo e dinheiro, e situação social favorável, acaba ficando fora do mercado, por não ter oportunidade de estudar" (p. 24). Logo, percebe a empregabilidade não como decorrência exclusiva da capacidade de cada um, mas como fenômeno social dependente do contexto histórico. Deste ângulo, há, no mínimo, que se ampliar as oportunidades

para os menos favorecidos, objetivo não-passível de consecução no seio do modelo sócio-político-econômico atualmente em curso no Brasil.

Duas alternativas não mutuamente excludentes se abrem: 1) a expansão de um sistema educacional público de boa qualidade; 2) a adoção de uma ética da liberdade, que preserve valores universalmente aceitos e que separe, de forma intransigente e rigorosa, o público do privado. A privatização do Estado, realizada em nome de sua modernização, não deveria encontrar guarida na consciência dos profissionais da Sociologia. Desta sorte, a formação dos sociólogos não pode ser discutida exclusivamente no terreno da educação, mas também, e principalmente, no domínio de um padrão ético muito mais elevado do que o observado no momento atual da sociedade brasileira. Há, de acordo com um padrão ético inaceitável, quem já esteve sociólogo. Trata-se, agora, de formar ou continuar formando os que são ou serão sociólogos. Entre estar e ser, no contexto deste artigo, há uma diferença ética apreciável.

Os que são sociólogos sabem que nem todos os profissionais da área se identificam com os interesses da maioria. Desses se exige que, pelo menos, impeçam a promiscuidade entre o público e o privado, tão presente em toda a sociedade brasileira, especialmente nas atividades políticas. Esse padrão ético já asseguraria ao povo maior participação nos benefícios proporcionados pela ciência e pela tecnologia, embora esteja aquém do desejável.

Isto posto, será totalmente irrelevante a verificação de que o mundo está dividido em pequenas comunidades, em Estados-nação, em comunidades regionais ou se será uma aldeia global. "A pátria dos humanistas é a humanidade e o seu mundo é aquele em que caibam todos os mundos" (SADER, 2001, p.3).

Abaixo, adendo, redigido em 15/09/01, à palestra que resultou neste artigo, pronunciada em 06/09/01, em Fortaleza, encerrando o Espaço Sociólogo do Futuro, do X Congresso Brasileiro de Sociologia.

America under attack

Os ataques suicidas aos símbolos econômico e militar dos Estados Unidos no último dia 11, merecem um adendo. Há que se trabalhar, incansavelmente, pela paz. Não há, seguramente, nenhuma pessoa de bom senso que deseje guerra. Todavia, na presente ordem social internacional, não há nenhuma probabilidade de se alcançar a paz. O mundo é crescentemente unipolar, ou seja, caminha celeremente para isto. A hegemonia norte-americana é praticamente absoluta, não subordinando de forma integral apenas o Japão e o G8. Obviamente, essa política gera não somente resistência, gera sobretudo ódio. Este ódio traduz-se, algumas vezes, por ações violentas, como ilustram os eventos de New York e Washington. Ainda que se condene qualquer tipo de terrorismo, há que se analisar as relações internacionais, assim como os diferentes tipos de ações terroristas. Em todos os casos, há um móvel: o fanatismo, ou seja, o dogmatismo. Muitas vezes, o fanatismo é claramente religioso. Mas não seria todo dogmatismo uma verdadeira religião? Não se trata de uma crença? Os *kamikazes* têm crenças, dogmas, pelos quais julgam seu dever se imolar. A busca do lucro, a qualquer preço, não se iguala a um dogma? A sociedade de consumo, na qualidade de alvo a ser perseguido, não representa uma obsessão, um dogma? A crença na existência da felicidade mais plena na sociedade de consumo não é religiosa? A hegemonia do capital financeiro, já descrito por Lênin como parasitário, traz gigantescos prejuízos à maioria da população mundial. Jean Ziegler, autor dos livros *A Suíça Acima de Qualquer Suspeita* e *A Suíça Lava Mais Branco*, declarou:

Todos os dias, aproximadamente 100.000 pessoas morrem de fome ou de suas conseqüências imediatas em todo o mundo; 826 milhões de homens, mulheres e crianças estão permanente e gravemente desnutridos. Eles se tornam cegos por falta de vitamina A. As crianças têm o cérebro atrofiado. Em suma, a desnutrição leva à invalidez. Se uma criança entre 0 e 5 anos de idade for mal alimentada, ficará mutilada para o resto da vida. Como

diz Régis Debray: "A criança é o crucificado de nascença". E essa maldição é produzida de geração em geração: cada ano, ela dizima milhares de crianças mutiladas pela falta de nutrição. E tudo isso acontece num planeta abundante em riquezas. O Relatório Mundial da Fome, feito pela FAO, indica que a Terra, no seu atual estado de desenvolvimento das forças de produção agrícola, poderia nutrir, sem nenhum problema, 12 bilhões de seres humanos. Nutrir sem problema quer dizer: oferecer 2.700 calorias por dia a cada pessoa. Ora, atualmente, somos pouco mais de 6 bilhões de pessoas na Terra ... e um sexto da população é destruído pela fome e desnutrição!

A causa principal desse disparate é a distribuição desigual das riquezas do planeta. Em 1960, 20 por cento dos mais ricos do planeta dispunham de uma renda 31 vezes superior à dos 20 por cento da população mais pobre. Em 1998, a renda dos vinte por cento mais ricos era 83 vezes superior à dos 20 por cento mais pobres. Em setenta países, o ganho médio é menor do que há 20 anos. Atualmente, de acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mais de 2 milhões de seres humanos vivem na miséria absoluta, sem residência adequada, sem salário fixo, sem trabalho regular, sem assistência médica, sem nutrição suficiente.

Como diria Josué de Castro, isto é 'um genocídio silencioso'. Herbert de Souza, o Betinho, disse: 'Quem morre de fome morre assassinado'. Quem tem dinheiro come, quem não tem morre ou torna-se inválido. Não existe fatalidade. São as regras do mundo, feitas pelos homens, que criam a fome e matam. É essa ordem do mundo que deve ser revertida radicalmente. (...) Não podemos aceitar um mundo no qual existem ilhas de progresso. Não podemos aceitar uma economia mundial que admita a não-existência de um quinto da humanidade. Se

a fome não for exterminada deste planeta, não haverá humanidade possível. É necessário reintegrar essa 'fração sofredora' que hoje é excluída.

É o atual capitalismo selvagem que deve ser civilizado. A economia mundial nasceu da produção, distribuição do comércio e do consumo de alimentos. Afirmar a autonomia da economia em relação à fome é um absurdo, pior: um crime. Não podemos entregar a luta contra essa calamidade ao livre mercado. É necessário submeter todos os mecanismos da economia mundial a esse imperativo primeiro: vencer a fome, nutrir convenientemente todos os seres do planeta. (...) É necessário fechar a bolsa de matérias primas de Chicago, combater a deterioração constante dos termos de troca e aniquilar a estúpida ideologia neoliberal que cega a grande parte dos dirigentes dos Estados ocidentais. (...)

Tenho grande admiração pelo sociólogo Fernando Henrique, que conheci no exílio em Paris. O que ele escreveu a respeito da sociologia é memorável. Ele resistiu à ditadura militar. Por tudo isso não posso compreender essa desastrosa conversão ao ultraliberalismo. Não posso compreender como um homem tão inteligente, que chega à presidência de um dos países mais poderosos do mundo, pode conduzir uma política que se oriente quase que exclusivamente aos interesses dos grandes capitais multinacionais e das oligarquias internas do Brasil. Para mim, essa regressão e essa conversão são um doloroso mistério". (...)

A pergunta: O poder não corrompe. Apenas dá oportunidade de nos mostrarmos como realmente somos. O senhor concorda com este ditado? Respondeu: "Sim. Penso que é preciso ser muito resistente e lúcido para exercer um poder (político, econômico etc.) e não se

entregar à tentação da corrupção, da arbitrariedade e do abuso"(ZIEGLER, 2001, p. 44-5).

Isto posto, cabe concluir que há vários tipos de terrorismo e que cada um mata a seu modo. Foi lastimável que um número ainda ignorado, mas grande, de pessoas tenham perdido a vida em Nova York e em Washington em virtude de um ataque, que visava, antes de mais nada, atingir os símbolos do poderio econômico, político, cultural e militar dos Estados Unidos, assim como abalar profundamente a arrogância de seu governo e sua tão propalada invulnerabilidade.

Não se pode, contudo, esquecer que o governo norte-americano ordenou que se jogassem duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, no fim da II Guerra Mundial. Além das cem mil pessoas mortas então, o Japão convive com uma série de conseqüências desse desatino: maior incidência de câncer, seres teratológicos que continuam nascendo etc. Ademais, vários dos suspeitos pelo atentado em Nova York e Washington foram gerados pelos Estados Unidos. Somente a título de ilustração, lembra-se o caso de Osama Bin Laden, saudita financiado pelo governo norte-americano para lutar contra o domínio da então União Soviética no Afeganistão. Ainda que se ignore se Bin Laden teve qualquer participação nos recentes atentados, é interessante trabalhar com o ditado popular: o feitiço vira contra o feiticeiro.

O governo norte-americano, alinhando-se com outros países ultraconservadores, vota sempre, nos organismos internacionais, contra qualquer matéria que envolva direitos humanos, proteção social aos trabalhadores, defesa do meio ambiente etc. Estas são, inegavelmente, atitudes anti-humanidade, acarretando numerosas mortes. Evidentemente, os Estados Unidos não estão sozinhos nessa empreitada da maximização do lucro a qualquer custo, inclusive ao preço de milhares de mortes, mas, sem dúvida, lideram esse processo. E o pior reside no fato de que isso impregna o *American way of life*. Tudo que atente contra esse estilo de vida deve ser

Estudos de Sociologia

ardorosamente combatido. Hoje, a população norte-americana não está apenas sob o impacto da emoção provocada pela perda de vidas humanas. Quando 93% dos habitantes se pronunciam em favor de medidas militares como reação dos Estados Unidos aos atentados (opinião aferida por entrevistas de 609 norte-americanos na noite de 13/09/01), é exatamente o *American way of life* que estão defendendo. Compare-se isso com a atitude da professora brasileira que, recentemente, foi baleada por um de seus alunos: "ele é apenas uma criança; tenho vontade de colocá-lo no colo". Marx nunca foi tão atual, pois há uma hipertrofia do sentido do TER em detrimento do SER.

Coincidência ou não, os ataques ocorreram em 11/09/01, 28º aniversário do golpe no Chile, que torturou e assassinou milhares de pessoas. É conveniente lembrar que os Estados Unidos tiveram participação decisiva no golpe e, posteriormente, na sustentação do regime Pinochet.

America's new war

Se a ofensiva militar vier a ser a reação dos Estados Unidos - e tudo indica que sim - inaugurar-se-á um novo tipo de guerra, pois o inimigo está em todas as partes, em redes moleculares, inclusive no seio daquele país. Trata-se, pois, de um inimigo sem rosto; logo, de quase impossível identificação. O pensamento dos poderosos não capta os processos que ocorrem nas redes capilares, na medida em que a eles só interessam os processos macro - os *big business*. Muitos eventos da história mundial, envolvendo o país em pauta, revelam essa verdade. A título de ilustração, toma-se a guerra do Vietnã. O país detentor do maior poderio militar do mundo perdeu a guerra para uma nação pobre, pequena e praticamente desarmada. Certamente, os que viram a foto de uma menina vietnamita em chamas provocadas pelo *napalm* atirado por aviões dos Estados Unidos nunca se esquecerão dessa terrível cena. Enquanto os Estados Unidos usavam tecnologia de ponta, lançando *napalm* e agente laranja de aviões moderníssimos, os vietnamitas utilizavam, por exemplo, cacho de abelha como arma.

Tomavam trens inteiros usando abelhas. E foram exatamente a criatividade dos subdesenvolvidos e a capilaridade de sua organização que lhes garantiram a vitória militar sobre os poderosos. É verdade que o Vietnã ficou econômica e socialmente destruído pelos ataques norte-americanos. Mas, do ponto de vista militar, esse poderoso país teve de amargar a derrota. Sua atitude belicosa de agora revela que a lição não foi aprendida. Mostra também uma assessoria incompetente, porque ignora uma das leis mais básicas da sociedade: onde há dominação, há resistência. Sua hegemonia econômica, política, cultural e militar fabrica resistência em todas as partes do mundo; até mesmo no interior de seu território. Seu profundo racismo também semeou ódio. É por isso que muitos dizem e escrevem que esse país está colhendo o que semeou.

Isto posto, fica evidente que a sociedade globalizada é presidida pela lógica do imperialismo, que inclui a pilhagem, o empobrecimento dos mais pobres e o enriquecimento dos mais ricos. Também fica muito claro que a vida dos norte-americanos vale muito mais que a dos africanos, asiáticos, latino-americanos. Esse estado-de-coisas não conduzirá a sociedade global sequer a um patamar de relativa justiça. Quem detém instrumentos adequados de análise da sociedade pode contribuir para a luta por uma vida digna, o que só é possível para a maioria esmagadora da humanidade com significativa redução das desigualdades sócio-econômicas atualmente existentes.

Desta sorte, o sociólogo, independentemente de sua posição político-ideológica, não pode ignorar que o processo de exploração-domação gesta dezenas, centenas, milhares, milhões de inimigos, e que estes buscam, sem cessar, minar o poder de seus opressores. Em última instância, trata-se daquela mesma lei social: onde há dominação-exploração, há resistência. Esta resistência pode assumir numerosas formas, dentre as quais o terrorismo e a guerra entre distintos países.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difusão, 1989.
- CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale.** Mesnil-sur l'Estrée: Fayard, 1995.
- CERVETTO, Arrigo. **Le monde multipolare.** Paris: Science Marxiste, 1998.
- CRUZ, Ney Hayashi da. Dados apontam Brasil vulnerável. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago 2001. Caderno A, p.11.
- DAL ROSSO, Sadi et al. **O trabalho do sociólogo.** Instituto de Ciências Sociais. Brasília: UnB, 2000. (Mimeogr.).
- FONSECA, Gianetti da. **Gazeta Mercantil**, 9 set. 2001.
- GRAMSCI, Antônio. **La formación de los intelectuales.** México, DF: Grijalbo, 1967.
- GRAJEW, Oded. Uma esperança para a humanidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo; 5 set. 2001.
- MERCADANTE, Aloizio. Ruptura ou continuidade? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 2001.
- NUSSBAUM, Martha C; SEM, Amartya. (Org.). **La calidad de vida.** México, DF: Fondo de Cultura Ecnómica, 1998.
- RODRIK, Dani. Rebelde de Harvard ataca plurismo liberal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 set. 2001. Caderno B, p.5.
- SADER, Emir. Dois pesos e duas medidas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 set. 2001.
- ZIEGLER, Jean. A Suíça passada a limpo? **Caros Amigos**, v.5, n.54,2001. Entrevista concedida a Patrícia Nascimento.

RESUMO: Trata-se de uma abordagem crítica bastante atual acerca do papel dos intelectuais, em particular dos sociólogos, em sua ampla possibilidade de inserção na realidade social, recorrendo ao conceito

de intelectual orgânico de Gramsci que estabelece o vínculo entre o grupo social e seus intelectuais. A autora se coloca frente ao dilema de seu próprio desejo, incontrolável como ela mesma diz, de antever um futuro pleno de sociólogos críticos e atentos às contradições mais fundamentais da contemporaneidade e o realismo da diversidade que inclui o afastamento da perspectiva da maioria trabalhadora e o conseqüente adesismo de oportunidade aos grupos hegemônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais; política; poder; globalização; crítica.

ABSTRACT: It brings about a very up to date critical approach of the role of the intelligentsia, the sociologists in particular, and their various possibilities of insertion in the social reality, having in mind the concept of the organic intellectual of Gramsci, which links the social group to its intelligentsia. The author faces the dilemma of her own expectation, out of control as she says, of previewing the future with lots of critical sociologists concerned of the most fundamental contradictions of contemporaneity and the realism of diversity which includes the withdrawing of the labour class perspective and the consequent convenient adhesion of the hegemonic groups.

KEYWORDS: Intelligentsia; politics; power; globalization; criticism.